

CASO MASTER

Fim de prazo pressiona BRB por balanço

Sem sinal do Banco Central sobre pedido de prorrogação, o Banco de Brasília precisa divulgar resultados de 2025 até amanhã. Atrasos elevam pressão no mercado financeiro

» ANA CAROLINA ALVES

A caba, amanhã, o prazo para a entrega do balanço de 2025 do Banco de Brasília (BRB). Sem sinalização do Banco Central (BC) sobre eventual prorrogação da data de entrega, o banco terá de apresentar seus números dentro do prazo, o que amplia a cobrança por medidas concretas de recomposição de capital. Para especialistas ouvidos pela reportagem, a falta de respostas efetivas até agora intensifica a tensão no mercado.

Segundo o presidente do BRB, Nelson de Souza, o pedido de extensão de prazo está relacionado ao momento atípico enfrentado pela instituição. "Como somos um banco com ações em bolsa, a maioria divulga os balanços até 31 de março, mas como estamos passando por esse momento, é algo totalmente aceitável que possamos passar desse prazo", afirmou ao **Correio**.

Os balanços do terceiro e do quarto trimestre de 2025 do BRB já estão em atraso, o que agrava a pressão sobre a instituição às vésperas de um novo prazo decisivo. Caso a divulgação dos resultados siga pendente, as consequências podem ser severas, como explica o especialista em finanças e investimentos, com MBA em Investimentos e Private Banking pelo Ibmec, Roberto Pereira. "Logo, o prazo do dia 31 não é uma burocracia. É um importante momento em que o Banco Central vai cobrar uma resposta concreta sobre o que foi feito com o prejuízo de R\$ 12 milhões", analisou.

"Do ponto de vista do investidor, o risco mais imediato não é técnico, é de confiança. O rating do BRB cai para níveis que sinalizam alta vulnerabilidade. Quando isso acontece, os primeiros a se moverem são os investidores institucionais. Essa fuga de capital pressiona a liquidez do banco", completou.

Postura rigorosa

O professor de finanças do Ibmec Brasília Melquezedech Moura explica que, caso haja atrasos na divulgação dos balanços, a instituição pode ser multada por dia de atraso e ter seus diretores investigados. "Se o banco se recusar a corrigir o problema, a multa fica ainda mais cara", acrescenta, destacando que as penalidades podem chegar a R\$ 25 mil por infração, com possibilidade de aumento.

Sobre a possibilidade de prorrogação do prazo, Moura ressalta que o Banco Central adota uma postura rigorosa. "O Banco Central não costuma dar mais tempo apenas porque um banco fez um mau negócio e está com dificuldades de fechar as contas", afirma. Ele explica que exceções ocorrem apenas em situações amplas, como crises que afetam todo o sistema financeiro. "O caso do BRB é um problema isolado de gestão, o que não se enquadra nos critérios normais do BC para dar mais tempo", pontua.

Ed Alves CB/DA Press



A possibilidade de ampliação do prazo para junho dá fôlego para que o BRB vá ao mercado oferecer ativos e captar dinheiro

Ed Alves/CB/DA Press



Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Especialistas avaliam que rigor do Banco Central costuma ser flexibilizado apenas em crises sistêmicas

Como somos um banco com ações em bolsa, a maioria divulga os balanços até 31 de março, mas como estamos passando por esse momento, é algo totalmente aceitável que possamos passar desse prazo"

Nelson de Souza,
presidente do BRB

Na avaliação do especialista, o mercado financeiro reage de forma negativa à falta de transparência. "Quando um banco demora a divulgar seus números, o mercado sempre imagina o pior cenário possível. A reação é de desconfiança", diz. Moura também alerta para os impactos diretos na confiança de correntistas e investidores, com reflexos na liquidez do banco. "A confiança é o único pilar que sustenta um banco", afirma.

Para reverter o cenário, o professor defende mudanças estruturais e maior transparência. "Para salvar a reputação do banco e garantir que ele continue funcionando sem riscos para a população, não basta apenas 'tapar o buraco'. É preciso mudar a forma como o banco é administrado", afirma. Entre as medidas, ele cita a divulgação

imediate do balanço, a recomposição do capital, a troca de gestão e o fortalecimento das regras internas. "Publicar o balanço de 2025 imediatamente, assumindo o tamanho real do prejuízo, é o primeiro passo para provar que se quer resolver o problema", conclui.

O BRB aguarda a resposta do Banco Central a respeito da extensão do prazo para entrega dos balanços pendentes e do plano de reestruturação. A expectativa é de que o prazo seja estendido até o fim de junho, mas ainda não há confirmação. A possibilidade de o BC ampliar o prazo para junho, dá fôlego para que o BRB vá ao mercado oferecer ativos e captar dinheiro. O BRB estaria negociando com o BC um waiver, isto é, uma licença temporária para cumprir determinada obrigação. O waiver é uma estratégia legítima e

comumente usada quando a empresa percebe que poderá não honrar uma obrigação, justificando suas razões.

Empréstimo

Enquanto isso, o Governo do Distrito Federal (GDF) tenta viabilizar uma solução emergencial para reforçar o caixa do BRB. O Executivo local enviou ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) um pedido formal de empréstimo de R\$ 4 bilhões, com o objetivo de auxiliar na capitalização da instituição financeira. O documento, assinado pelo então governador Ibaneis Rocha (MDB), foi encaminhado na última terça-feira e marca uma mudança na estratégia adotada até então, ao buscar apoio fora da estrutura direta do governo.

Segundo o texto do ofício, o objetivo do empréstimo é a preservação de condições adequadas de liquidez, com vistas à manutenção da estabilidade e ao regular funcionamento da instituição e do mercado. Além disso, frisa que a solicitação tem o escopo de contribuir para a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e para a prevenção de crise bancária sistêmica.

A solicitação foi estruturada dentro de uma modalidade de suporte financeiro de natureza estrutural, prevista pelo próprio FGC, voltada a instituições que enfrentam dificuldades patrimoniais. Pelos termos apresentados, a operação prevê um período de carência de um ano e meio, com pagamentos realizados de forma semestral. Como garantias, o GDF ofereceu participações acionárias em empresas públicas do Distrito Federal, como Caesb, BRB e CEB, além de imóveis incluídos na lei recentemente aprovada pela Câmara Legislativa, que autoriza o uso desses ativos em operações financeiras.

Para aumentar as chances de aprovação do pedido, o governo elabora um conjunto de documentos técnicos que serão submetidos ao FGC. Entre eles estão um plano de negócios detalhado, um plano de capitalização e um diagnóstico das principais necessidades do banco, incluindo fatores como captação de recursos, liquidez e redução de riscos. Além disso, a proposta contempla a estrutura de garantias, um mapeamento dos ativos disponíveis e seus respectivos ônus, além de um cronograma de implementação das medidas e de governança para monitoramento das ações. A expectativa é que esse material sirva como base para demonstrar a viabilidade da operação e a capacidade de recuperação do BRB no médio prazo.

O processo, no entanto, ainda está em fase inicial e depende da análise do FGC quanto à viabilidade da operação, ao nível de risco envolvido e à adequação às regras do fundo.

Assembleia

Enquanto o tempo corre, os acionistas aguardam a nova data para a assembleia-geral extraordinária para aumentar o capital social e a direção do BRB trabalha com outras estratégias com o objetivo de incorporar recursos ao caixa, entre elas, a securitização da dívida ativa do Estado e dos dividendos da CEB e da Caesb.

A assembleia, que estava agendada para o último dia 18, e adiada sem data definida, também será estratégica visando a discussão da proposta de aumento do capital social da instituição financeira. O banco prevê a emissão de até 1,675 bilhão de novas ações ordinárias, ao preço de R\$ 5,29 por ação. Caso o valor máximo seja alcançado, o capital social da instituição poderá passar dos atuais R\$ 2,34 bilhões para a quantia de até R\$ 11,2 bilhões.

Linha do tempo

» **24 de fevereiro:** O Projeto de Lei nº 2.175/2026 chega à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) e começa a tramitar em regime de urgência.

» **03 de março:** A CLDF aprova o projeto em dois turnos, com 14 votos favoráveis e 10 contrários. O texto prevê o uso de imóveis de estatais para reforçar o capital do banco.

» **10 de março:** O então governador Ibaneis Rocha sanciona a proposta (agora Lei Distrital nº 7.845/2026)

com o veto a três artigos. A sanção é publicada em edição extra do Diário Oficial.

» **13 de março:** Integrantes do PSB protocolam uma ação popular contra os efeitos da nova lei.

» **16 de março:** A 2ª Vara da Fazenda Pública do DF concede uma liminar suspendendo a Lei, proibindo a transferência de imóveis ou garantias ao BRB. O Governo do DF recorre da decisão.

» **17 de março:** O desembargador Roberval Belinati, presidente em exercício do TJDF, atende ao recurso da Procuradoria-Geral e do BRB, derrubando a liminar e reativando os efeitos da lei.

» **16 de março:** A 2ª Vara da Fazenda Pública do DF suspende os efeitos da Lei nº 7.845/2026, acolhendo ação popular que aponta risco ao patrimônio público e ambiental.

» **17 de março:** O TJDF (desembargador Roberval Belinati) derruba a liminar

anterior, permitindo que o GDF siga com o plano de usar imóveis como garantia.

» **23 de março:** Nova reviravolta judicial: uma decisão específica impede o uso do imóvel mais valioso da operação (Serrinha, avaliado em R\$ 2,3 bilhões) devido a entraves ambientais e estatutários da Terracap.

» **25 de março:** O TCU e o TCDF cobram explicações formais sobre o plano de capitalização e a possível federalização do banco, caso o aporte não ocorra.

» **27 de março:** Diante da judicialização dos imóveis, o GDF solicita um empréstimo de R\$ 4 bilhões ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) como "Plano B". O desembargador Roberval Belinati derruba a liminar que excluía a Serrinha do Paranoá do rol de garantias, devolvendo ao governo o direito de usá-la no fundo imobiliário. O presidente do BRB, Nelson de Souza, admite que o banco corre contra o tempo para entregar o balanço de 2025 ao Banco Central até 31 deste mês, sob risco de sanções graves.